



Seminários regionais debatem transparência, capacidade institucional e acesso a informação sobre a Indústria Extractiva



Decurso do Seminário Regional Sul

Representantes de governos provinciais, de organizações da sociedade civil, de instituições académicas e do sector privado reuniram-se ao longo dos meses de Março e Abril passados, em seminários regionais do Norte, Centro e Sul, para debaterem assuntos de governação da indústria extractiva no país. Os seminários regionais tiveram lugar nas Cidades de Nampula, Tete e Maputo, envolvendo participantes das províncias de cada região, na sequência da implementação do projecto de fortalecimento da sociedade social sobre a Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva (ITIE). Nos três seminários, que contaram com

a liderança dos governadores das províncias anfitriãs, participaram mais de 400 pessoas, que interagiram entre si, através de debates abertos, na abordagem de múltiplas questões, atinentes ao objectivo de gestão transparente e sustentável dos recursos naturais, bem como do benefício equitativo das respectivas receitas por toda a população do país.

Na abordagem do tema relativo à natureza e objectivos da ITIE, bem como do nível de cumprimento das suas regras e princípios em Moçambique, diferentes questões específicas atraíram a atenção dos participantes, a saber: os benefícios de Moçambique ao aderir à

ITIE; o acesso à informação de qualidade e credível sobre o sector, como condição essencial para uma participação informada de todas as partes relevantes, e a questão central da capacidade institucional do Estado, para gerir com competência e segurança a exploração dos recursos naturais do país, sobretudo por empresas de capital estrangeiro.

Entre os principais consensos e recomendações alcançados ao longo dos debates nas três regiões, podem destacar-se as seguintes:

- Que o objectivo da transparência na indústria extractiva não deve ser encarado como uma tarefa apenas do Governo mas sim um desafio a ser respondi-

do por todos os sectores relevantes, nomeadamente: órgãos eleitos; empresas, organizações da sociedade civil, instituições académicas, comunidades locais, comunicação social, entre outros;

- Que a adesão de Moçambique à ITIE foi uma decisão sensata e atempada, que ajuda o país a reforçar e acelerar processos de revisão e de aprimoramento das suas próprias políticas de governação do sector, incluindo os sistemas de monitoria e fiscalização, com o envolvimento de

múltiplos parceiros;

- Que todas as partes relevantes, nomeadamente o Governo, as OSCs, instituições académicas, e outras, devem também encarar a ITIE como uma oportunidade para o reforço contínuo da sua própria capacidade institucional;
- Que uma participação efectiva de todas as partes relevantes, nomeadamente das OSC e das comunidades locais, implica o seu acesso atempado a informação independente e de qualida-

de, e não apenas aquela disseminada pelas empresas. Neste Boletim Informativo – o terceiro desta série é apresentado o conteúdo específico de cada um dos três seminários regionais, que tiveram como sedes as cidades de Nampula, Tete e Maputo, respectivamente.

Complementarmente, são ainda destacadas outras notícias relevantes, espelhando outros desenvolvimentos em torno da indústria extractiva no país.

Seminário Regional Norte

Nampula debate transparência de propriedade e sociedades anónimas na indústria extractiva



Maria de Lurdes Fonseca,
Directora Provincial de Finanças de Nampula

A cidade de Nampula foi a hospedeira do seminário de divulgação e debate sobre a implementação da ITIE em Moçambique, desta vez com a participação de representantes dos governos, instituições académicas, empresas e organizações da sociedade civil das províncias do Niassa, Cabo Delgado, Zambézia, além da província anfitriã.

O seminário foi aberto pela Directora Provincial de Economia e Finanças, Maria de Lurdes Fonseca, em representação do Governador da Província, Victor Borges.

Na sua intervenção, Maria de Lurdes Fonseca referiu-se a vários desafios na governação de recursos naturais no país

em geral e, em particular na Província de Nampula, aonde estão em marcha largas actividades extractivas, tais como areias pesadas, e diversas espécies de pedras preciosas e semipreciosas, incluindo através da extracção artesanal ou garimpo.

Referindo-se ao valor acrescentado da ITIE em Moçambique, aquela dirigente destacou que a conformação da actividade extractiva com a legislação e as boas práticas internacionais constitui um imperativo para que a descoberta de recursos “seja uma bênção e não uma maldição, tanto do ponto de vista económico, social como ambiental”.

Nessa linha de pensamento, Maria de

Lurdes Fonseca destacou que o seminário, enquanto oportunidade de capacitação sobre a gestão de recursos naturais, vai, entre outros fins, permitir uma ampliação da mensagem sobre a necessidade da observância da Lei, para a preservação da vida e de um futuro seguro para as gerações vindouras. Ela destacou o facto de o seminário juntar “fazedores de informação, académicos, sociedade civil, empresas e governo” numa província onde a actividade de garimpo tem contribuído sobremaneira para a degradação ambiental, apesar dos esforços do governo para estancar as más práticas.

O seminário foi uma oportunidade rara de, numa mesma sala, cruzarem-se opiniões, informações e experiências entre sectores da sociedade, tão diversos como governo, instituições religiosas, sector privado, organizações da sociedade civil e comunicação social.

Ao intervir no encontro, o Padre Benvido Tapua, Director da Rádio (comunitária) Encontro de Nampula, referiu que a ITIE tem vindo a suscitar muita curiosidade entre os cidadãos, por transmitir a ideia de se tratar de um mecanismo de aprofundamento do exercício da cidadania na indústria extractiva.

De acordo com o clérigo, “muitas fontes de riqueza estão a ser descobertas, atraindo apetência para a sua exploração por muitos interessados, sendo por

isso necessário o envolvimento de todos para a promoção desta iniciativa internacional”.

O Director da Rádio Encontro defendeu, assim, a divulgação massiva dos conteúdos referentes ao ITIE na comunicação social, com recurso a línguas nacionais, para que o público participe no debate sobre a governação da indústria extractiva.

Debate sobre transparência de propriedade versus Sociedades Anónimas

Para além de se percorrer o trajecto histórico que Moçambique seguiu, desde a sua candidatura a membro da ITIE em 2009, até à sua admissão como “país cumpridor” em 2012, os debates do seminário da região Norte tiveram foco particular sobre os resultados da última avaliação do país, representados no relatório de 2017. O debate centrou-se sobre a classificação que foi atribuída ao país, relativamente aos requisitos de transparência de propriedade de sociedades comerciais, em que a legislação prevê a existência de sociedades anónimas.

Explicando:

Os países em conformidade com os padrões da ITIE são avaliados em cada três anos, para se apurar se continuam a observar escrupulosamente os requisitos de membro, que diferem em cada fase. Em cada avaliação, são alinhados requisitos específicos que o país deve reunir ou alcançar; e o nível de satisfação de cada

cinco categorias, da pior à extraordinária, nomeadamente: (1) Nenhuma; (2) Inadequada; (3) Razoável; (4). Satisfatória e (5) Extraordinária.

Consequentemente, o país avaliado pode obter os seguintes resultados: (1) manter o estatuto de confirmidade; (2) voltar ao estatuto de candidato; (3) ser suspenso; ou mesmo (4) ser removido da lista dos países implementadores da iniciativa.

Ora, na planilha da terceira avaliação de Moçambique consta uma categoria que engloba os requisitos inerentes a transparência nas licenças e contratos: trata-se da identidade do proprietário último de uma determinada sociedade ou empreendimento no domínio da indústria extr-

activa. No relatório do ITIE Moçambique 2017 este requisito não está preenchido, afectando negativamente a pontuação do país.

Assim sucedeu porque a legislação comercial moçambicana inclui a existência de sociedades anónimas (SA), um tipo de empresa comercial que tem o seu capital dividido em acções, em que, não é permitida a revelação da identidade do proprietário último do empreendimento. Esta questão foi amplamente debatida no seminário de Nampula, e a conclusão geral foi uma recomendação no sentido da realização de debates mais amplos sobre as sociedades anónimas, de modo a garantir que o padrão do ITIE seja cumprido.

O Procurador Provincial de Nampula, Atanásio Saturnino Samo considerou que faz muito sentido, debater-se, nos tempos presentes, sobre os fundamentos das sociedades anónimas, dada a susceptibilidade delas serem usadas para ações criminosas, incluindo lavagem de dinheiro.

“Considerando que a ITIE é um espaço de promoção de transparência, entendo que a sociedade deve reflectir profundamente sobre manter ou não sociedades anónimas em Moçambique. Se a opção for a de as manter, então o estado deve criar mecanismos de garantia de que elas não sejam instrumentos de crime, de lavagem de dinheiro ou de branqueamento de capital” – referiu o magistrado.



Padre Benvindo Tapu, Director da Rádio Encontro



Seminário Regional Centro

Instituições públicas e académicas devem produzir informação de qualidade sobre a indústria extractiva

- Apela participantes do Seminário Regional Centro

Paulo Auade, Governador de Tete, procedeu à abertura do seminário regional centro, que decorreu na Cidade do mesmo nome. Neste seminário participaram actores relevantes para a cadeia desta indústria, provenientes das províncias de Manica, Sofala, Zambézia, além da província anfitriã, Tete.

Na sua intervenção, o governador de Tete enalteceu a dinâmica da interação entre o governo e organizações da sociedade civil, afirmando que há uma relação de parceria entre as duas partes que “tem estado a conhecer estágios significativos de maturação”, podendo, por isso, vir a contribuir para a melhoria da boa governação no sector extrativo.

Auade referiu que as organizações da sociedade civil têm estado a levar acções de promoção dos direitos e deveres dos cidadãos directamente afectados pela indústria extractiva. “A sociedade civil é parceiro da paz, unidade nacional e do desenvolvimento, por isso que deve continuar a promover debates abertos e francos, assim como, continuar com as acções de capacitação das comunidades locais para que estejam inteiradas sobre como participar nos processos de desenvolvimento”, acrescentou.

Nas palavras do Governador, “é inconteste o crescimento, a proactividade e vigor da sociedade civil na capacitação das comunidades locais para uma contribuição nos processos de desenvolvimento do nosso país. Os programas da rádio e televisão, bem como os conteúdos dos jornais, vão se tornando cada vez mais patrióticos e maduros, com informação não apenas real, e desenhadas de forma



Paulo Auade, Governador da Província de Tete

formativa e educativa, elevando os valores e cultura nacionais, na sua diversidade”.

A Província de Tete é rica em recursos minerais, com destaque para o carvão, ora em intensa exploração nos distritos de Moatize e Marara; além da geração de energia eléctrica, através da barragem Hidroeléctrica de Cahora Bassa.

Instituições públicas e académicas devem produzir e disseminar

Entretanto, um dos temas mais acentuadamente debatidos no seminário da região centro relaciona-se com o acesso à informação independente e de qualidade, para apoiar as intervenções de todas as partes na monitoria e fiscalização da indústria extractiva.

A esse respeito, os participantes notaram que, até presentemente, o maior volume de informação publicamente disponível provém das empresas, em detrimento de informação produzida por instituições do Estado, ou por fontes independentes. Esta realidade traz o risco de induzir as partes interessadas a entenderem os desenvolvimentos do sector apenas na perspectiva das empresas, cujo principal

e natural objectivo é a obtenção de lucro ao mais baixo custo possível.

Para contrariar este quadro, os participantes apelaram ao governo para criar condições e mecanismos de colecta e disseminação de informação relevante sobre desenvolvimentos da indústria extractiva, para a disseminar junto do público.

Com efeito, entre o rol das atribuições da ITIE, destaca-se a de verificação e disponibilização de informação sobre os pagamentos efectuados pelas empresas, e sobre as receitas colectadas pelo Estado nos sectores de mineração, petróleo e gás, bem como a criação de um espaço de diálogo e confiança no qual o governo, as empresas e a sociedade civil avaliam a consistência da informação produzida.

A informação que se espera ser recolhida, processada e disponibilizada, é considerada crítica, para a formulação de políticas públicas consistentes e para a monitoria da evolução e tendências do sector, por parte de todas as partes relevantes, incluindo legisladores e cidadãos de um modo geral. A este respeito, Luís Rodolfo, do Instituto Médio de Geologia e Minas de Moatize, referiu que, com efeito, todas



as informações de natureza técnica neste sector estratégico, são disponibilizadas unilateralmente pelas próprias empresas, não havendo forma de confirmar a sua fiabilidade. Isto inclui documentos como estudos de impacto ambiental, realizados por empresas de consultoria contratadas pelas próprias empresas interessadas, o que em si levanta igualmente, questões de natureza ética, sublinhou Rodolfo.

Esta posição foi apoiada por Patra Clementino Hale, do Instituto Superior Politécnico de Tete, ao referir que “é previsível que as empresas, ao encomendarem e pagarem por estudos de impacto ambiental, desejem que tais relatórios sejam favoráveis aos seus próprios interesses”.

O Director Provincial dos Recursos Minerais e Energia de Tete, Grácio Rosário Cune diz ter consciência que o desequilíbrio na capacidade de produção de informação sobre o sector extrativo não é um bom exemplo, impondo-se a necessidade de “criar capacidade, a partir da pesquisa feita nas instituições académicas. Todos temos de colaborar. Não é apenas uma tarefa do governo”.

Nessa medida, Cune exorta as instituições de ensino superior e técnico profissional que ministram cursos ligados ao sector, no sentido de contribuírem com o seu saber para criar diversidade na informação produzida e difundida, contrabalançando-a com aquela produzida pelas empresas do sector.



Grácio Rosário Cune, Director Provincial dos Recursos Minerais e Energia de Tete

“Não gostaria de ver qualquer projecto a fechar, mas também não gostaria de ver projectos que não prestam qualquer contribuição para o desenvolvimento do país. A contribuição para o desenvolvimento é feita através de responsabilidades civil, fiscal e social. A responsabilidade social visa criar boa vizinhança entre as comunidades e a empresa” – explicou. Por seu turno Assif Abdula, da empresa Tete Cimentos, referiu que a falta de informação não afecta apenas ao governo e a população, mas afecta também as pequenas e médias empresas moçambicanas que não conseguem penetrar nos nichos comerciais criados pela indústria extrativa. “Um maior acesso a informação e de forma pontual, é um factor estratégico para as pequenas e médias empresas poderem aceder a oportunidades de negócios neste sector”, sublinhou o empresário.



Assif Abdula da empresa nacional Tete Cimentos

Seminário Regional Sul

A transparência exige instituições fortes



Raimundo Diomba, Governador da Província de Maputo

O último seminário regional de socialização da ITIE decorreu na Cidade da Matola e nele participaram representantes governamentais, de empresas mineiras, de instituições públicas e de organizações da sociedade civil das províncias de Maputo, Gaza e Inhambane. No encon-

tro, o foco das discussões esteve voltado sobre a necessidade do fortalecimento das instituições nacionais como factor fundamental para a promoção da boa governação na indústria extrativa.

O Governador da Província de Maputo, Raimundo Diomba que procedeu à abertura do evento, afirmou que para que a exploração dos recursos minerais seja bem-sucedida, impõe-se a observância dos princípios de boa governação, através da adopção e aplicação de políticas claras e de legislação atractiva, no quadro de instituições dotadas da necessária capacidade técnica e humana.

Na sua intervenção, Diomba enalteceu a gestão transparente dos recursos naturais e o respeito pelos direitos das

comunidades, destacando ser necessário uma melhoria contínua dos “mecanismos de transparência, de protecção dos direitos das comunidades, partilha de benefícios, da observância de padrões ambientais e sociais consentâneos e rigorosos”.

Segundo o Governador de Maputo, a exploração destes recursos enquadra-se numa política de governação comprometida com o seu objectivo fundamental, que é de melhorar as condições de vida dos moçambicanos, sendo por isso mesmo que “as actividades mineiras e de hidrocarbonetos estão já a desempenhar um papel catalizador no desenvolvimento sócioeconómico do nosso país”.

A ITIE como reforço de instrumentos internos de boa governação

Na ocasião, Camilo Nhancale e Tomás Vieira Mário, representando o consórcio KUWUKA-JDA / SEKELEKANI, fizeram uma resenha histórica da ITIE, sublinhando as motivações iniciais da sua criação, num contexto de globalização. Recordaram que a criação da ITIE teve como motivo de fundo garantir uma gestão mais transparente das receitas provenientes da exploração de recursos naturais, em que as empresas revelam os impostos que pagam aos governos e estes revelam os valores das receitas recebidas, num quadro de abertura aos cidadãos. O primeiro fim é prevenir o uso das receitas para fomentar conflitos ou para a sua apropriação ilícita por grupos minoritários da sociedade, em detrimento da maioria. Ao procurar destacar a relevância da ITIE e seu entrosamento com políticas de boa governação em vigor em Moçambique, Tomás Vieira Mário referiu que esta iniciativa constitui um mecanismo que contribui para o aprimoramento dos vários instrumentos internos já existentes de promoção de boa governação, incluindo a trans-

parência.

Nessa óptica, enquanto um conjunto de regras e de práticas com forte pendor ético, esta iniciativa acaba por “operacionalizar” instrumentos internos como a Lei de Probidade Pública (Lei nº16/2012, de 14 de Agosto) que estabelece as bases e o regime jurídico relativo à moralidade pública e o respeito pelo património público por parte dos servidores públicos, sublinhou Tomás Vieira Mário.

Entretanto, o Doutor Júlio Gonçalves, Reitor do Instituto Superior de Gestão, Comércio e Finanças, considera que, para além de factores externos, uma outra causa de instigação de conflitos em países detentores de recursos naturais são interferências externas. Gonçalves apoiou a sua “tese” mencionando exemplos de países devastados por conflitos endémicos, onde a intervenção externa tem sido determinante, como são os casos da Líbia, Síria, da República Democrática do Congo, do Sudão do Sul e outros.

A premência de instituições fortes como factor decisivo para uma gestão transpa-

rente dos recursos naturais foi ainda destacada por Inocência Mapiisse, pesquisadora do Centro de Integridade Pública (CIP). Na sua intervenção, a pesquisadora referiu que, se os desafios da capacidade institucional do Estado moçambicano estiveram sempre presentes na história do país, os mesmos tornam-se ainda mais candentes, com a emergência da indústria extractiva, dada a sua grande complexidade. “Se, por um lado, o país deve criar e manter um ambiente favorável ao investimento estrangeiro, a questão do fortalecimento da capacidade interna, para negociar, monitorar e fiscalizar o desempenho das empresas deve ser uma prioridade”, sublinhou Inocência Mapiisse.

Esta posição foi secundada por Castro Namuaca, Director Provincial das Finanças de Inhambane, o qual considerou que, mais do que a institucionalização da ITIE, mais importante seria reforçar as competências técnicas das instituições do governo com papéis relevantes na gestão dos recursos naturais e das receitas deles provenientes.

“Moçambique deve garantir o cumprimento das metas periódicas da ITIE” – Luís Mahoque



Luís Mahoque, coordenador nacional alternativo da ITIE Moçambique

Durante o evento, o coordenador nacional alternativo da ITIE – Moçambique, Luís Mahoque, fez uma resenha do percurso da iniciativa em Moçambique, desde quando o país se candidatou a

membro, em 2009, até à sua admissão como país cumpridor, em 2012. Informou sobre a estrutura tripartida da iniciativa (governo, empresas e sociedade civil), bem como sobre as avaliações

periódicas a que o país está sujeito, destinadas a monitorar a sua conformidade contínua com as regras e metas de desempenho pré-estabelecidas.

Referiu a publicação, até agora, de seis relatórios, que elucidam sobre os pagamentos efectuados pelas empresas e os recebimentos confirmados pelo governo, de valores provenientes da indústria extractiva, bem como de divulgação de informação relativa ao processo de governação do sector extractivo. Referindo-se a fraquezas detectadas na última avaliação, Mahoque reafirmou que Moçambique deve manter-se firme nos esforços com vista ao cumprimento dos princípios e metas fixadas para cada novo período de implementação da iniciativa no país. Mahoque afastou a ideia, aventada por alguns participantes, de que Moçambique estaria a ser alvo de ingerências externas, em sede das avaliações periódicas da ITIE.

Sociedade Civil satisfeita com o processo de reassentamento em Palma



Coligação Cívica sobre Indústria Extractiva (CCIE)

Um grupo de cinco organizações da sociedade civil, nomeadamente o Conselho Cristão de Moçambique (CCM), o Centro de Integridade Pública (CIP), o Centro Terra Verde (CTV), KUWUKA-JDA e o SEKELEKANI, que realizaram recentemente uma missão conjunta de monitoria ao processo de reassentamento das comunidades afectadas pelo projecto de exploração de gás no distrito de Palma, avaliam de forma positiva o decurso da presente fase inicial do processo.

As cinco organizações, que decidiram trabalhar coordenadas, através de uma plataforma denominada Coligação Cívica sobre Indústria Extractiva (CCIE), apresentaram publicamente as constatações da sua missão, em conferência de imprensa decorrida recentemente na cidade de Maputo.

Segundo explicaram, a missão conjunta teve como objectivo recolher informação e percepções das comunidades locais, do governo e das empresas, sobre o processo de implementação do Plano de Reassentamento das populações abrangidas pelo projecto de construção de infra-estruturas da fábrica de Gás Natural Liquefeito (GLN), a ser extraído na bacia do Rio Rovuma.

Em particular, as cinco organizações

examinaram os resultados examinaram os resultados da Fase Zero do Plano de Reassentamento que decorreu de 01 de Novembro de 2017 a 31 de Janeiro de 2018, tendo reunido com mais de 100 pessoas, em visitas às aldeias de Milamba 1, Maganja, Quitupo, Senga, e Palma Sede. A missão reuniu também com a empresa Anadarko, Governo Distrital de Palma e com a Plataforma Distrital sobre Recursos Naturais e Indústria Extractiva. Na cidade de Pemba a CCE reuniu com a Direcção Provincial da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural.

Segundo as suas constatações, de uma maneira geral, o processo de implementação do Plano de Reassentamento na Península de Afungi, na fase Zero, decorreu de forma eficaz, aberta e transparente. Nota positiva também foi atribuída ao nível e qualidade de envolvimento e participação das comunidades afectadas, pese embora haja necessidade de melhoria em determinadas matérias e procedimentos.

São aspectos a melhorar, nomeadamente, o conteúdo e calendário de implementação do Plano de Reassentamento; o calendário e processo de actualização de registo do património de cada agregado familiar; critério e calendário da atribuição de machambas substitutas às

famílias a serem reassentadas; informação sobre garantias de acesso a meios de vida após perda de bens e transferência das famílias para novas zonas; formas de acesso e de funcionamento do Mecanismo de Gestão de Reclamações e, sobre para onde transferir a comunidade pesqueira de Milamba1. Esta última questão emerge do risco de transferência desta comunidade pesqueira para regiões do interior, longe do mar, recurso natural em que se assenta a sua subsistência e bases culturais.

Embora exista um ambiente sociopolítico mais aberto e favorável a uma participação mais activa de todas as partes relevantes, incluindo as organizações da sociedade civil, comparativamente aos períodos precedentes, a missão constatou a necessidade de uma melhor comunicação e articulação entre as autoridades governamentais distritais e as organizações da sociedade civil locais, nomeadamente a Plataforma Distrital sobre os Recursos Naturais e Indústria Extractiva. Apesar de da Coligação reconhecer os esforços empreendidos pelo governo e pelas empresas neste processo de reassentamento, a mesma encoraja o Governo a tomar medidas necessárias para corrigir a ilegalidade do processo de ocupação de terras, pelo projecto, relativamente ao processo com culminou com a atribuição do Direito de Uso e Aproveitamento de Terra – DUAT à empresa Anadarko Ama 1. Esta preocupação da CCIE é sustentada por uma auditoria jurídica independente que, encomendada por organizações da sociedade civil em 2015, conclui que o processo de atribuição do DUAT à empresa, pelo Estado Moçambicano, não obedeceu escrupulosamente aos ditames da legislação aplicável.

A Missão fez algumas recomendações a todas as partes relevantes, nomeadamente, governo distrital e provincial, a empresa, às comunidades e às autoridades locais do modo que este se torne um dos melhores processos de reassentamento no país.

Novos planos de reassentamento dividem comunidades e a empresa Kenmare em Moma

Desacordos entre comunidades de cinco localidades do distrito de Moma, na Província de Nampula, e a empresa irlandesa Kenmare marcaram, de novo, a terceira ronda de consultas comunitárias sobre planos de reassentamento na região, originados pela expansão territorial das actividades daquela mineradora de areias pesadas. A terceira vaga de consultas, que decorreu dos dias 21 a 23 de Março ultimo, abrangeu as comunidades residentes nas localidades de Pilivili, Epure, Muholone, Namieze e Mputini, no Distrito de Moma, Província de Nampula, onde residem cerca de 37 agregados familiares que serão reassentadas.

Entre as questões alvo de desacordo entre as comunidades afectadas e a empresa Kenmare podem destacar-se as seguintes: critérios de compensação por perdas de culturas diversas e de outros direitos; localização e dimensão das machambas a serem atribuídas em substituição das que vão ficar dentro das áreas concessionadas à Kenmare, delimitação precisa das famílias a serem atingidas, bem como o tipo de infraestruturas sociais a serem edificadas nos locais do reassentamento.

Entre as questões concretas colocadas pelas comunidades inclui-se a longa distância entre a localidade do reassentamento e a localização das futuras machambas; garantias de condições de vida digna às famílias a serem directamente afectadas, e acessibilidade de locais de recolha de lenha e de outros meios de subsistência quotidiana das populações. O tratamento a ser dado a campos de familiares das famílias a serem reassentadas é um dos assuntos levantados junto das diferentes comunidades, que exigem tratamento digno aos restos mortais dos seus antepassados.

Um aspecto particular notado ao longo desta ronda de consultas foi a exigência



Consulta pública da empresa Kenmare na comunidade de Namieze, Moma

de algumas comunidades, no sentido da correção das actas lidas, resumindo o conteúdo das últimas consultas. Em tais circunstâncias, membros de algumas comunidades foram capazes de notar omissões nas actas, relativamente a suas reclamações e a promessas de solução adiantadas pela empresa. Este facto denota elevação constante do nível de conhecimento e de consciência sobre direitos das comunidades na sua relação com projectos extractivos.

Nas primeiras aldeias abrangidas por esta ronda de consultas, o processo de comunicação decorreu de forma deficiente, devido ao uso exclusivo da Língua Portuguesa, idioma inacessível para a maioria daquelas comunidades.

Quando mais tarde o administrador do distrito Chale Ussufo, juntou às consultas, nomeadamente junto das comunidades de Namieze e Mputini, a crise foi ultrapassada, com a introdução da tradução na Língua Emakwa, incluindo pelo próprio governante distrital.

A exibição de mapas cartográficos as comunidades, para neles identificarem as suas residências, foi um outro momento

de fracasso na comunicação, o qual foi ultrapassado com a opinião de representar os terrenos e as residências, com desenhos no chão, usando um pau.

Em diferentes momentos, representantes das organizações da sociedade civil que monitoravam as consultas, recomendaram ao governo o melhoramento dos mecanismos e ferramentas de comunicação com as comunidades, bem como estratégias de inclusão da mulher, nomeadamente nos Grupos Comunitários de coordenação com a empresa.

A empresa Kenmare, que subcontratou para esta actividade subcontratou a CES-Environmental Coast System, mostrou-se aberta a continuar com as consultas e emendar os erros ou preencher as lacunas identificadas nas actas da sessão anterior, considerando estes documentos "importantes" para as accpes de seguimento.

Por seu lado, o administrador de Moma, Chale Ussufo, convidou de forma clara as organizações da sociedade civil a ajudarem na preparação social das comunidades, para melhor interagirem com a empresa.

FICHA TÉCNICA

Editor: **Tomás Vieira Mário**
Textos: **Jessemusse Cacinda,**
Palmira Velasco
Layout: **Tomás Queface**

Implementação

